

Negociação encontra resistência

Fritz Utzeri
Correspondente

PARIS — Durante as negociações para o reescalonamento de sua dívida com os governos, nos dias 28 e 29, no âmbito do Clube de Paris, o Brasil deverá pedir condições melhores do que as obtidas por países como o México e a Argentina, propondo a renegociação da dívida de 87, 88 e 89 e procurando prazos de reescalonamento de até 10 anos, superiores aos oito obtidos pela Argentina. Ontem, em conversa com o ministro da Economia francês, Pierre Beregovoy, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega ouviu que sua proposta era "exagerada mas negociável". O ministro francês mostrou-se disposto a apoiar o Brasil, mas disse que isso não significava que a proposta brasileira seria aprovada como estava.

Antes da reunião do Clube, o ministro da Fazenda está encontrando um a um os representantes de seus credores no órgão. Ontem ele tomou o café da manhã com o presidente do Clube, Jean Claude Trichet; hoje terá encontro com o representante alemão Korff Schnassing, e amanhã encontra o italiano Francesco Capetti. Com Trichet, numa conversa de uma hora, "com muitos croissants", o ministro passou em revista os pontos que poderão encontrar maior resistência dos países credores, na próxima semana. Mailson chegou a afirmar que um dos representantes junto ao Clube — que não identificou — considerou "chocantes", ou "shocking" as propostas brasileiras, o que permite supor que seja o representante inglês, com quem esteve no início da atual viagem à Europa.

O ministro negou-se, no entanto, a detalhar a proposta, alegando que as normas do Clube de Paris impõem reservas antes da negociação. Segundo ele, o Brasil reivindicará o melhor dos três acordos já feitos com o Clube. No primeiro, em 84, obteve prazo de extensão do reescalonamento de oito ou nove anos, "dependendo da leitura", e no segundo, em janeiro de 87, o refinanciamento foi em seis anos, condicionado à aprovação do FMI no prazo de seis meses, o que não ocorreu. Mailson afirmou que o acordo com o Clube de Paris "encerra uma fase, a da moratória" e disse ter sentido nas conversas de ontem com Trichet e Beregovoy — com quem esteve 40 minutos — que o Brasil começa a superar as sequelas que sua última negociação deixou no Clube e caminha para um "bom acordo".

Ele acrescentou que espera obter reescalonamento favorável, porque 89 será o ano em que a participação maior no financiamento do fluxo da balança de pagamentos virá das instituições oficiais. Beregovoy informou a Mailson que a França participará do empréstimo-ponte de US\$ 500 milhões que o Brasil obterá dos bancos centrais dos sete países industrializados para reforçar suas reservas, à espera da liberação da primeira parcela do acordo stand by a ser negociado com o FMI no dia 26, em Washington.

"O que vai acontecer com o Clube de Paris vai ser o que aconteceu com os bancos: nós vamos pedir o máximo e eles vão oferecer o mínimo; durante a negociação vamos convergir para uma posição intermediária, que seja satisfatória tanto para o Brasil quanto para os credores oficiais. Nós gostaríamos de que houvesse reescalonamento de tudo, juros e principal", disse Mailson, revelando que somente no próximo ano o Brasil deveria pagar ao Clube em torno de US 2 bilhões, entre juros e principal.

A abrangência do reescalonamento deverá ser o primeiro ponto de dificuldade nas nego-

ciações, já que os membros do Clube não gostam de incluir nos reescalonamentos, além do principal, os juros por vencer. Outro ponto provável de divergência é o cálculo do principal. Segundo a prática do Clube, deve ser reescalonado apenas o que está por vencer ou vencido, mas ainda não reescalonado. O Clube, segundo Mailson, resiste muito a reescalonar o principal já reescalonado em negociações anteriores. O prazo é o terceiro elemento forte da discussão. Países africanos têm obtido prazos de 15 e até 20 anos, como Moçambique, mas o Brasil, segundo o ministro, quer conseguir o máximo "sem fechar o seu acesso às agências oficiais" (daí os 10 anos). Um reescalonamento muito grande fecharia a bolsa dessas instituições, o que os negociadores desejam evitar a qualquer preço. O último item é o período de consolidação: a janela para reescalonada.

Em seu encontro com Beregovoy, Mailson foi informado de que os franceses estão interessados em financiar projetos específicos no Brasil, através do Coface, o banco de incentivo às exportações da França. Ao ouvir de Mailson que o Eximbank americano, o equivalente da Coface, já estava estudando projetos específicos de financiamento, Beregovoy respondeu que, então, a França estaria "atrasada". Pierre Beregovoy ouviu de Mailson um relato das medidas que o governo está adotando para liberar sua política de importações e manifestou preocupação com o déficit da França em suas trocas comerciais com o Brasil, de apenas US\$ 70 milhões no ano passado, mas que chegou a US\$ 500 milhões em 85. Mailson respondeu que boa parte da queda das importações de bens de capital pelo Brasil decorre da falta de financiamento das instituições oficiais como a Coface.

Mailson almoçou com o embaixador brasileiro, João Hermes Pereira de Araújo, e o banqueiro Charles Valentin, representante do Crédit Lyonnais, que participa do comitê de reescalonamento da dívida, em Nova Iorque. À tarde, participou durante 40 minutos de uma reunião de cerca de 50 bancos franceses, belgas, portugueses e espanhóis, com a presença do presidente do comitê de renegociação William (Bill) Rhodes, do Citibank. Rhodes está fazendo o mesmo roteiro de Mailson para vender aos 700 bancos credores o acordo assinado entre o comitê e o Brasil. Hoje ele estará na Alemanha, entre Frankfurt e Bonn, viajando amanhã para Roma. Dali, Mailson e Rhodes voam para Nova Iorque, onde, segunda-feira, participarão de uma reunião com bancos regionais americanos da Costa Leste, tidos como reticentes.

Antes de visitar o presidente do Banco da França e ex-diretor-geral do FMI, Michael Camdessus, Mailson voltou a falar com os jornalistas para anunciar que a liberação, em Washington, do empréstimo-ponte era "imminente". Sobre o clima que encontrou nos bancos franceses, afirmou que eles já viraram a página da moratória e estão interessados em saber como voltarão a operar no Brasil, visto o país numa perspectiva de longo prazo, visão reforçada por sua longa presença no mercado brasileiro.

Já Antônio de Pádua Seixas, diretor do Banco Central e um dos negociadores que está com Mailson, é um pouco menos otimista do que o ministro. Para ele, com o cardápio oferecido pelo Brasil aos bancos, a adesão deveria ser automática, o que não está acontecendo. Ele acredita que, mesmo com a normalização das relações brasileiras com a comunidade financeira, a volta do mercado voluntário de capitais vai ser difícil.